



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
COMISSÃO NACIONAL DE COMBATE À DESERTIFICAÇÃO

Ata da VI Reunião Extraordinária da Comissão Nacional e Combate à Desertificação
- CNCD

Data: 08 de dezembro de 2015

Local: Sede do MMA - Esplanada dos Ministérios, Bloco B – Sala 830

1 **O SR. FRANCISCO CAMPELLO (MMA)** – Deu as boas-vindas aos participantes da
2 reunião, lembrando do evento comemorativo do Dia Internacional dos Solos, realizado no
3 dia anterior, em que grande parte dos membros da comissão estavam presentes. Mostrou a
4 pauta preliminar da reunião, à qual foi acrescentada uma apresentação da quadra chuvosa
5 de 2016 por um representante do INMET. Propôs que cada membro se apresentasse, e deu
6 sequência à pauta com um balanço da implementação do PAN Brasil e informações sobre a
7 Política Nacional de Combate à Desertificação e mitigação dos efeitos da seca,
8 recentemente sancionada pela Presidência da República.

9 **O SR. DEVANIR GARCIA DOS SANTOS (ANA)** – Frisou a importância da discussão
10 sobre solo, fazendo referência à fala do Sr. Francisco Campello, pois do ponto de vista da
11 gestão de água o solo atua como um grande reservatório, e a ANA vem há muitos anos
12 reforçando esta visão, e que os problemas de falta d'água em muitas regiões do Brasil estão
13 muito mais ligados à impermeabilização de solo do que propriamente à redução de chuvas,
14 lembrando que no semiárido a situação das chuvas é diferente das outras regiões. Falou
15 sobre o Programa Produtor de Água, e que está em análise, reunindo as tecnologias de
16 manejo sustentável de solos para começar a quantificar o potencial de produção de serviços
17 ambientais e poder adaptar uma política de pagamento por serviços ambientais para o
18 semiárido, como forma de estimular a reservação de água. Essa é uma parceria da ANA
19 com a SEDR/MMA para apoiar nessa ação fundamental na questão da convivência com os
20 processos de desertificação.

21 **O SR. FRANCISCO CAMPELLO (MMA)** – Respondendo aos questionamentos do Sr.
22 Procópio Lucena, falou do mal entendimento que causa a falta de articulação e divulgação
23 das ações voltadas à convivência com o semiárido e o combate à desertificação, porque
24 muitas vezes as atividades estão sendo realizadas, mas não se faz a correlação com o tema,
25 apesar de estarem contribuindo para o combate à desertificação.

26 **O SR. PAULO PEDRO DE CARVALHO (Organização Caatinga)** – Falou sobre a
27 Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos efeitos da seca, da
28 importância deste espaço e oportunidade, e da importância da regulamentação e
29 implementação dessa política. Citou a seca histórica pela qual a região semiárida do Brasil

está passando, com a diminuição das chuvas, aumento de temperatura, consequentemente degradação dos solos. Ressaltou que apesar dessa grande seca, as pessoas não estão morrendo de fome, devido ao conjunto de políticas públicas, de várias instituições de governo e em conjunto com a sociedade, que têm sinergia com a convivência com o semiárido e o combate à desertificação, apesar de não haver uma visibilidade como tal. Reforçou a necessidade de interlocução da CNCD com a Comissão da Política Nacional de Agroecologia, com o Condraf, com o Consea, com diversos espaços. Falou que já que a política agora está criada, a sua regulamentação e a sua implementação passa pela construção a partir da CNCD, envolvendo outros atores. Finalizou sua intervenção ressaltando a importância do manejo sustentável para conservação de solos e água, citados como prioridades de ação pelo Sr. Francisco Campello e reforçando a necessidade de regulamentação da Política e de um plano para sua implementação.

O SR. JOÃO GONÇALVES (Ipêterras) – Sugeriu que a Secretaria-Executiva da comissão identificasse as ações que dialogam com a questão da desertificação nos diversos programas do governo, e disponibilizasse para os membros da CNCD.

O SR. ELISEU JOSÉ DE OLIVEIRA (CAA/NM) – Fez referência ao que já havia sido comentado sobre a importância de aproveitar de todos as oportunidades para divulgar a questão de combate à desertificação, citando como exemplo a Rede ASA que, na implementação das tecnologias P1MC e P1+2 promove vários cursos, reunindo centenas de agricultores, e os monitores destes cursos poderiam ser capacitados para trabalhar nesta lógica de fazer a conexão dos vários temas com a questão do combate à desertificação. E também falou que a CNCD precisa achar uma estratégia de como divulgar, levar essa questão até as comunidades ou até aos Governos Estaduais e Municipais, para evitar o avanço dos processos de desertificação.

O SR. FRANCISCO CAMPELLO (MMA) – Concordou com as falas anteriores, e respondendo ao Sr. João Gonçalves, lembrou que no PPA vigente foi feito um esforço do DCD/SEDR/MMA com o Ministério do Planejamento, onde foram identificados os programas transversais para o combate à desertificação. E no relatório nacional produzido para envio à UNCCD, relatando a implementação da convenção no Brasil, foi feita uma sistematização dos resultados e avanços desses programas. A fragilidade está na falta de visibilidade. Exemplificou com as ações de ATER para a convivência com o semiárido, que é uma iniciativa para o combate à desertificação, mas não aparece esse vínculo, esta articulação entre as políticas. O Planapo é uma política de agroecologia, e veio do semiárido o primeiro grande esforço para uma ação de agroecologia, já pensando em uma ação de convivência, apesar de não estar claro no PLANAPO que é uma ação de combate à desertificação.

O SR. BERANGER ARAÚJO (Paraíba) – Falou da implementação do PAE/PB, com uma visão estratégica. Deu o exemplo do incentivo à elaboração do CAR, o Cadastro Ambiental Rural, como estratégia de combate à desertificação, pois com o CAR pode-se saber quais são os recursos ambientais que ainda restam, sobretudo na Caatinga. Então, existe esta dimensão holística de combate à desertificação, permeando as ações do Governo na área ambiental, sobretudo, nas áreas suscetíveis à desertificação. E falou da comissão criada para discutir o PRA, ressaltando que o mesmo é de grande importância para o combate à desertificação. Falou que também está sendo contratada uma empresa para fazer o Inventário Florestal do estado da Paraíba. Falou do trabalho que o estado está fazendo

conjuntamente com a Comissão Nacional de Combate à Desertificação e com o parque Tecnológico do Estado da Paraíba na área de eficiência energética dos fornos de produção da cerâmica vermelha, e com o uso de fornos eficientes, o consumo caiu de 2 para 0,47 metros de lenha para queimar um milheiro de telhas. Ressaltou que este é um trabalho de combate à desertificação de significância nacional, fruto de manejo florestal, e nesta parceria o sistema ambiental da Paraíba para o licenciamento, fiscalização e acompanhamento do manejo florestal na Caatinga também é fortalecido. Falou também do esforço para criação, em parceria com o MMA, do Parque Nacional da Serra do Teixeira, além da criação de uma unidade de conservação estadual que está sendo chamada de Serras das Águas Sertanejas. Disse ainda que está sendo aberta a licitação para o Zoneamento Ecológico Econômico para 44 Municípios mais afetados pela desertificação na Paraíba, com ênfase no uso sustentável dos recursos ambientais. Citou a Rede Estações Meteorológicas, junto com ANA e Inmet que está sendo implantada na Paraíba, dando condições de se fazer um estudo mais completo sobre o clima.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS BATISTA (ACB) – Falou da criação do Fórum Araripino de Prevenção e Combate à Desertificação Permanente, na região do Cariri, há cerca de 15 anos, já discutindo a questão da degradação dos solos e enfrentando dificuldade nas questões dos sistemas agroflorestais, que na opinião de muitos não era adequado à caatinga. Falou também da discussão atual que está acontecendo no Ceará, sobre a terceira água, com apoio do Governo do Estado para reuso de água nas casas, num sistema caseiro, talvez comunitário.

O SR. CAMILO SOUZA (Codevasf) – Sugeriu que os ofícios de convocação das reuniões da CNCD fossem enviados, além dos e-mails aos representantes das instituições, mas também impresso, sendo esta uma forma de divulgação interna do trabalho da Comissão nas instituições participantes. Sugeriu também que cada representante informasse aos outros membros da comissão sobre as atividades em andamento, para que pudesse ser feito um banco de dados para a Comissão, além de solicitar a divulgação das reuniões pela ASCOM/MMA.

A SR^a. ELESSANDRA ARAÚJO (CDECMA/AL) – Referindo-se ao Atlas Mundial de Solos, apresentado pela FAO no dia anterior, sobre degradação de solos, ressaltou que o uso inadequado do solo continuará enquanto o poder público continuar financiando ações de insustentabilidade, como o uso de sementes transgênicas, agrotóxicos, irrigação inadequada, que aumenta a salinidade do solo. Lamentou a falta de visibilidade e falta de recursos da agenda ambiental, e que é preciso estar fazendo parcerias para a implementação de alguns projetos. Lembrou que programas de combate à desertificação estão diminuindo na região do semiárido, a exemplo das ações que a ASA vem desenvolvendo através dos Programas P1MC e P1+2, por falta de recursos, ajuste fiscal e que a população já está sentindo os efeitos. E disse que são louváveis as ações desenvolvidas pela equipe de combate à desertificação, mas quando se olha o cenário da desertificação no País, percebe-se as ações ainda são pequenas diante da degradação da terra que está posta. Falou da exposição fotográfica mostrando boas práticas de combate à desertificação, reconhecendo os trabalhos mostrados, que vêm sendo executados, mas que ainda são poucos diante dos problemas ambientais do semiárido.

O SR. FRANCISCO CAMPELLO (MMA) – Respondendo aos comentários anteriores, falou do esforço para comunicação, tanto internamente na CNCD como no MMA, e que

120 todo o trabalho que vem sendo feito pelo Departamento de Combate à Desertificação está
121 sendo alvo da pauta de comunicação do Ministério, apesar de infelizmente não haver
122 divulgação pela grande mídia. Falou também da estruturação de uma equipe para trabalhar
123 na Secretaria Executiva da CNCD, para cuidar da organização das reuniões e atividades
124 decorrentes das deliberações, juntamente a um esforço de fortalecer a estrutura do
125 departamento. Passou ao ponto de pauta seguinte, sobre a estratégia para regulamentação da
126 Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos efeitos da Seca,
127 recentemente aprovada.

128 **O SR. JOSÉ PROCÓPIO DE LUCENA (ASA)** – Falou do texto da Política onde está
129 posto que a CNCD “poderá ser criada”, e da preocupação de que essa Comissão tenha
130 validade de continuar existindo a partir do decreto de criação, de 2008, e as necessárias
131 adequações e ajustes à Política aprovada. Perguntou se havia algum parecer da Consultoria
132 Jurídica do MMA sobre o assunto, e disse que a sociedade civil tinha uma proposta para a
133 construção desse processo de regulamentação.

134 **O SR. FRANCISCO CAMPELLO (MMA)** – Disse que ainda não havia uma resposta
135 formal sobre a consulta que foi feita, que seria necessário aguardar.

136 **O SR. RICARDO PADILHA (MMA)** – Falou da longa tramitação do texto do PL de
137 criação da Política no Congresso Nacional, cerca de 10 anos até sua aprovação, e ao final,
138 se houvesse mais alterações no texto, seria mais difícil conseguir aprová-la. E a opção mais
139 sensata pareceu a todos e, inclusive todos foram consultados, é de que aprovasse com
140 algumas eventuais falhas. Disse que o entendimento, segundo a Consultoria do Senado e de
141 todos os presentes na última negociação, é de que o Congresso Nacional não pode
142 determinar estruturas para o Poder Executivo. Então, o termo “a comissão poderá ser
143 criada” está para assegurar o texto de criação da Comissão. Falou do entendimento de que a
144 Comissão atual continua existindo, não foi extinta porque não entra em contradição com a
145 lei, e o que é necessário agora é, à luz da lei, adequar a CNCD.

146 **O SR. JOSÉ PROCÓPIO DE LUCENA (ASA)** – Fez uma proposta, pela sociedade civil,
147 que após o parecer da CONJUR/MMA com o entendimento jurídico sobre a
148 criação/regulamentação da CNCD, que todos os membros atuais da sociedade civil na
149 Comissão fossem mantidos por mais 2 anos para aprofundar o debate, inclusive a
150 metodologia de eleição para a transição e mudança de composição, que poderia ser
151 alterada. Falou também da regulamentação da política, e da proposta de criação de uma
152 Câmara Técnica específica, temporária, para estudar e propor uma regulamentação da lei,
153 com o apoio da assessoria jurídica e parlamentar, e fazer uma tentativa de finalizar o
154 trabalho e lançar a regulamentação da política no dia 17 de junho de 2016, em um estado do
155 semiárido.

156 **O SR. FRANCISCO CAMPELLO (MMA)** – Fez a contagem dos participantes da
157 reunião para assegurar se havia quórum para deliberar. Observou que estava sendo proposta
158 uma Câmara Técnica Especial Temporária e que na CNCD já existem Câmaras Técnicas
159 que poderiam abrigar este trabalho.

160 **A SRª. LUCIANA VALADARES (MMA)** – Propôs que a sugestão para o trabalho de
161 regulamentação da política fosse mantido, porém na Câmara Técnica de Legislação que já
162 existia na estrutura Comissão. Que poderia ser criado um Grupo de Trabalho específico
163 para regulamentação da política dentro dessa Câmara Técnica, dando continuidade aos
164 trabalhos com a regulamentação que está sendo proposta. Lembrou que a composição da

Câmara Técnica é aberta, que a qualquer tempo pode se agregar novas pessoas, e os membros que já participavam poderiam continuar, e os que quiserem contribuir a partir de agora poderiam agregar o GT, observando o limite de 17 pessoas por Câmara Técnica.

O SR. JOSÉ PROCÓPIO DE LUCENA (ASA) – Insistiu que uma comissão que fosse criada para este objetivo não ficasse vinculada à Câmara Técnica nenhuma, com autonomia para atuar, para cuidar única e exclusivamente da regulamentação da política sem dependência de uma Câmara Técnica que tem um quórum para reunir, e que até hoje não funcionou.

A SR^a. LUCIANA VALADARES (MMA) – Falou que a plenária poderia ponderar e deliberar sobre isso, e sendo aprovada não haveria problema algum para a secretaria executiva da CNCD.

O SR. CAMILO SOUZA (Codevasf) – Falou que seria pertinente a criação de um Grupo de Trabalho na Câmara Técnica de Legislação, que seria um ganho muito grande para a Comissão em vez de criar uma outra Comissão.

A SR^a. ELESSANDRA ARAÚJO (CDECMA/AL) – Disse que esse fortalecimento viria ao longo do tempo, porque até o presente momento os participantes das Câmaras Técnicas não tinham avançado muito nos trabalhos.

O SR. PAULO PEDRO DE CARVALHO (Associação Caatinga) – Disse que a questão era tomar uma decisão no sentido de iniciar um processo e terminar com agilidade, e que havia uma confluência com a ideia da Câmara Técnica já que a mesma não é estática em termos de membros. Que a Câmara Técnica poderia incorporar os três nomes propostos pela sociedade civil e trabalhar com os membros atuais e outros que queiram participar. Disse que não havia contradição com a proposta feita pelo Sr. Procópio, em nome da sociedade civil. Acrescentou que a criação de um GT específico, com tempo determinado poderia ser criado no âmbito da Câmara Técnica.

O SR. FELIPE COSTA (Divisão de Meio Ambiente - Itamaraty) – Propôs que se deixasse aberta a possibilidade de que Ministérios ou Estados que não estavam presentes na reunião pudessem demonstrar interesse em participar, flexibilizando para que as instituições possam indicar os seus representantes para participar desse grupo.

O SR. JOSÉ PROCÓPIO DE LUCENA (ASA) – Falou da necessidade de regulamentação da Política e da discussão do formato para agilizar a regulamentação. Disse que a sociedade civil havia se reunido e que o entendimento era de que o melhor caminho seria a criação de uma Comissão temporária, com datas de início e fim para preparar uma proposta, entre fevereiro e maio de 2016. Propôs que essa comissão fosse pequena, com 3 representantes da sociedade civil e mais 3 ou 4 representantes do governo, além do Secretário Executivo da CNCD, Sr. Francisco Campello, e que depois a minuta de proposta de regulamentação seria encaminhada para os demais integrantes, para consulta e contribuições.

O SR. DEVANIR GARCIA DOS SANTOS (ANA) – Questionou a proposta do Sr. Procópio, pedindo para esclarecer se a proposta era uma Comissão de Sistematização, porque aí haveria diálogo com a CNCD como um todo, essa Comissão faria a sistematização das contribuições, dando oportunidade de participação para os demais membros da CNCD que não estiverem representados na Comissão proposta.

208 **O SR. JOSÉ PROCÓPIO DE LUCENA (ASA)** – Concordou que a Comissão seria para
209 formulação, sistematização e apresentação do resultado dos trabalhos em uma reunião da
210 CNCD, para então encaminhar a proposta ao Governo.

211 **A SR^a. LUCIANA (MMA)** – Propôs uma questão de ordem, já que seria necessário
212 primeiro deliberar como seria o formato desse grupo, já que havia um consenso pela sua
213 criação. Uma das possibilidades seria a criação de um Grupo de Trabalho dentro da Câmara
214 Técnica de gestão, articulação e legislação já instituída, que fortaleceria o trabalho da
215 CNCD, dentro de uma Câmara Técnica já institucionalizada, considerando que existe hoje
216 nesse trabalho o comprometimento, o interesse e a vontade das pessoas de participar, seria
217 uma boa oportunidade para o fortalecimento dessas Câmaras Técnicas que já foram
218 instituídas e até hoje não contaram com envolvimento suficiente para tocar à frente os
219 trabalhos que foram postos. Outra possibilidade era a criação de uma Comissão fora de
220 tudo que já foi instituído antes na CNCD. Depois poderia ser decidida a composição,
221 inclusive socializando com os membros que não estavam presentes na reunião para saber se
222 mais alguém teria o interesse de contribuir e, além disso, quando houver uma proposta de
223 regulamentação, seria enviada para que todos pudessem contribuir nessa minuta antes de
224 fechar o texto numa reunião extraordinária da CNCD.

225 **O SR. JOSÉ PROCÓPIO DE LUCENA (ASA)** – Disse que a sociedade civil não queria
226 uma Comissão para ficar vinculada a uma Câmara Técnica, e que o caminho mais curto e
227 mais eficiente seria a criação de uma Comissão específica, temporária, para começar em
228 fevereiro e terminar em abril/maio, para sistematizar, mobilizar, organizar a proposta que
229 seria apresentada à CNCD. Disse que os trabalhos deveriam estar prontos e aprovados no
230 dia 17 de junho.

231 **A SR^a. LUCIANA (MMA)** – Colocou a proposta de criação da nova Câmara Técnica
232 temporária para regulamentação da Política Nacional para deliberação, que foi aprovada
233 por 13 dos 15 membros votantes presentes. Informou que a Secretaria-Executiva realizaria
234 os trâmites para publicação no Diário oficial da União, para o início dos trabalhos a partir
235 de fevereiro.

236 **O SR. JOSÉ PROCÓPIO DE LUCENA (ASA)** – Quanto à composição da Câmara
237 Técnica, propôs os nomes da Sra. Elessandra, Paulo Pedro e seu próprio nome pela
238 sociedade civil. Disse ainda que propunha o nome do Sr. Francisco Campello e mais 3
239 representações do Governo federal, e que as consultas seriam feitas a todos os Governos
240 Estaduais, e a todos os membros que compõem a CNCD.

241 **A SR^a. LUCIANA (MMA)** – Abriu para os membros das outras instituições que não são
242 da sociedade civil, que tivessem interesse de fazer parte dessa Câmara Técnica Temporária,
243 e se manifestaram o Sr. Camilo, da Codevasf, o Sr. Beranger, do governo do estado da
244 Paraíba e o Sr. Telmo, representante do governo do estado do Maranhão.

245 **O SR. FELIPE COSTA (Divisão de Meio Ambiente Itamaraty)** – Disse que ponto de
246 vista das relações exteriores não seria o caso de participar dessa regulamentação, mas que
247 talvez fosse importante que fosse aberto a outros órgãos e outros Ministérios que não
248 estavam presentes para participarem dessa comissão.

249 **A SR^a. LUCIANA (MMA)** – Disse que a criação dessa Câmara Técnica poderia ser
250 informada a todos os membros da CNCD, solicitando a manifestação do interesse em
251 participar daqueles que estavam ausentes.

O SR. FRANCISCO CAMPELO (MMA) – Sugeriu contatar os representantes do MDS, por conta dos trabalhos que estão sendo feitos de forma articulada para superação da pobreza e a gestão ambiental no país, em um esforço permanente, para saber se os mesmos se interessariam em participar da regulamentação da lei.

O SR. JOSÉ PROCÓPIO DE LUCENA (ASA) – Falou que todos que tiverem interesse poderiam participar, mas que a responsabilidade pela condução e conclusão dos trabalhos no prazo determinado seria dos 7 membros já propostos anteriormente.

O SR. FRANCISCO CAMPELO (MMA) – Tendo sido aprovado, encerrou a primeira parte da reunião.

(Intervalo para o almoço)

O SR. FRANCISCO CAMPELO (MMA) – Apresentou a minuta de Resolução da CNCD para criação da Câmara Técnica temporária para regulamentação da Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca, elaborada durante o horário do almoço, para leitura e comentários dos membros da CNCD. Após as discussões o texto foi consolidado.

O SR. FRANCISCO CAMPELO (MMA) – Passou a palavra ao Sr. Felipe Costa, representante do DEMA/MRE e ponto focal político do Brasil na UNCCD, para que fossem informados os resultados da participação da delegação brasileira na COP 12 da UNCCD.

O SR. FELIPE COSTA (Divisão de Meio Ambiente Itamaraty) – Agradeceu o convite do Diretor Francisco Campello e demais membros da CNCD para participar da reunião, e também a participação dos colegas do MMA na COP 12 da UNCCD, de maneira coordenada com o MRE, possibilitando uma participação efetiva do Brasil, apesar de serem poucos, conseguiram limitar os grupos de negociação para que pudessem estar presentes em todos os grupos de negociação, isso foi um dos temas debatidos, porque eram muitos grupos de discussões abertos simultaneamente. Fez um resumo com os principais temas tratados na 12ª Convenção das Partes da Convenção das Nações Unidas para Combate à Desertificação - UNCCD, que aconteceu na Turquia de 12 a 23 de outubro de 2015. Falou que um dos temas que o Brasil tem procurado enfatizar na Convenção seria trazer a Convenção para mais perto da realidade das pessoas que vivem nas regiões áridas, semiáridas e subúmidas secas. Citou como um dos resultados dessa Convenção e dessa atuação recente o lançamento da publicação “Living Land”, apresentada no dia anterior por ocasião da comemoração do Dia Internacional dos Solos, em que as Ministras Izabella Teixeira e Tereza Campelo fizeram uma declaração conjunta, e as equipes do MMA e MDS escreveram um artigo sobre as experiências de combate à pobreza e à desertificação no semiárido brasileiro, ressaltando que o livro está disponível na internet. Enfatizou que o Brasil tem muitas experiências de boas práticas no campo e que devem ser mostradas. Lembrou dos 5 anos de estiagem que o semiárido brasileiro vem enfrentando, mas que graças a programas como o de construção de um milhão de cisternas e uma série de políticas e tecnologias sociais que foram adotadas garantem a resiliência, a convivência dessas populações com a seca. Em países que não avançaram tanto quanto o Brasil na implementação das boas práticas, quando ocorrem as secas, sem as cisternas ou outra forma de convivência, ocorrem migrações e uma série de problemas e até a perda de vidas para

essas populações. Falou da cooperação com os países de língua portuguesa, através da qual o DCD/SEDR/MMA vem promovendo o intercâmbio de experiências em boas práticas e tecnologias sociais. Comentou que durante a COP 12, além da programação oficial, a equipe do MMA participou de reuniões com a FAO e com o PNUD, garantindo a execução de projetos de cooperação com recursos do GEF no Brasil, importantes no cenário de restrições fiscais, possibilitando uma série de atividades graças a esse empenho e essa cooperação do Diretor Francisco Campello. Comentou que um dos grandes temas que tem sido um dos eixos de tensão entre os países em desenvolvimento e os países desenvolvidos diz respeito à ampliação do escopo da Convenção, onde os países desenvolvidos defendem que a Convenção tem que ampliar o seu mandato e cuidar de todos os tipos de solo, porque a degradação ocorre em todos os tipos de solo. E que o Brasil tem argumentado que esse debate existe no âmbito da ONU, para os objetivos de desenvolvimento sustentável, mas que na Convenção de Combate à Desertificação essa questão da degradação de terras não pode se tornar o único elemento, que não se pode tirar da Convenção toda a questão de desertificação e da seca. A seca hoje mais que nunca se mostra extremamente significativa no Brasil e de grande relevância não apenas nas áreas semiáridas. Então, um dos grandes temas foi evitar esse desvirtuamento da convenção, e houve muito debate sobre os objetivos de desenvolvimento sustentável para 2030 que inclui a meta de neutralidade da degradação de solos, mas não se pode mudar o escopo da Convenção por conta dessas novas metas de 2030. Outra questão que o Brasil sempre leva é a necessidade de financiamento. Os países industrializados têm defendido promover a neutralidade da degradação de terras e o Brasil sempre cobra junto com os países em desenvolvimento, o financiamento, os meios de implementação desses esforços para se alcançar a neutralidade da degradação de terras. Lembrou que a partir dos relatórios nacionais, foi informado que no último biênio, 2012/2013, as organizações internacionais destinaram 5,1 bilhões para os temas da Convenção. Os países desenvolvidos destinaram 5,6 bilhões, e os países em desenvolvimento 123 bilhões, ou seja, eles não gastam nem um décimo do que os países afetados gastam no combate à desertificação. Além das questões financeiras, lembrou que existe um déficit de aplicação da Convenção, e com a ampliação das áreas de atuação, as áreas vulneráveis, as populações mais frágeis que estão nas áreas áridas, semiáridas e subúmidas secas não serão prioridade para aplicação dos recursos. Chegou-se a um consenso de adoção de metas voluntárias por parte dos países que assim o desejarem. Passou para outro tema, sobre o funcionamento da convenção, e a intenção do secretariado de acabar com as reuniões do Comitê de Revisão da Implementação - CRIC, retirando assim a participação dos países de discussões importantes na implementação da UNCCD. Conseguiu-se manter as reuniões do CRIC e também foi criado um Grupo de Trabalho para avaliar o novo marco estratégico da UNCCD, já que a estratégia decenal em vigor vence em breve, corresponde mais ou menos ao período dessa COP, e o próximo plano estratégico vai ser elaborado. Muitos se preocupam com os custos de eventuais mudanças, ou seja, todos os países têm planos nacionais que já foram alinhados com a atual estratégia de implementação da Convenção. É possível que haja mudanças e é possível que a neutralidade da degradação de terras se torne algo que mobiliza recursos financeiros. Então, deve-se cuidar para que neste novo plano estratégico da convenção, não se perca de vista o combate à desertificação e a mitigação dos efeitos da seca e só se fale em neutralidade de degradação de terras. Outro tema discutido foi a regra 47, que o secretariado da convenção

queria flexibilizar para que as decisões não fossem mais tomadas por consenso, e o Brasil lutou contra. A UNCCD sempre decidiu por consenso, as organizações decidem por consenso, e foi conseguido que a regra de decisão por consenso fosse preservada. Com relação ao orçamento, informou que tendo em conta as restrições financeiras pelas quais todos os Países estão passando, decidiu-se não aumentar o orçamento, tendo sido preservado o orçamento do ano anterior para a Convenção. Comentou que o Brasil se coordenou bastante com os países da América Latina e Caribe - Grulac. Falou do evento paralelo organizado pelo Brasil, comentando que mesmo com uma delegação muito compacta, o Brasil conseguiu resultados favoráveis de preservar o foco da Convenção e tentar fazer a Convenção mais próxima da realidade das pessoas para que não fique só no papel, implementando ações concretas. Falou ainda da cobrança ao mecanismo global, que não tem exercido o seu papel, que é buscar parceiros internacionais para financiamento de projetos nacionais, e que se o mecanismo global conseguir fazer essa tarefa a UNCCD ganha um pouco de relevância, no Brasil e em outros países no minuto que começar a se aproximar de ações concretas e o mecanismo global começar a funcionar e gerar recursos e encontrar parceiros para projetos nacionais.

O SR. FRANCISCO CAMPELO (MMA) – Complementou o relato do Sr. Felipe Costa, falando sobre a publicação do livro “Living Land”, com relatos das boas práticas de mais de 80 países signatários da Convenção, com mensagem ministerial das ministras Izabella Teixeira e de Tereza Campello. E falou sobre o artigo enviado pelo Brasil, focando na ação articulada entre a superação da pobreza, a convivência com o semiárido, as ações para o combate à desertificação, buscando de forma bem sintética, mostrar as ações para segurança hídrica, falando sobre as cisternas, as ações para a agroecologia no semiárido e para a questão do solo e do uso dos recursos florestais. O Brasil talvez seja um dos poucos países que tem a experiência de manejo florestal comunitário, sendo esse um destaque, um diferencial do trabalho do Brasil, que está inserido nas políticas públicas. O artigo mostrou que de fato existe uma ação posta na região semiárida para o combate à desertificação. Falou também do evento paralelo do Brasil na COP 12, em parceria com a ASA, mostrando de forma mais detalhada como vem sendo essa iniciativa, e o Sr. Paulo Pedro, da ASA teve a oportunidade de fazer uma intervenção nesse evento paralelo, mostrando as iniciativas da sociedade, muitas delas apoiadas pelo governo. Falou do papel extremamente importante nas negociações durante a COP 12, desempenhado pelo Itamaraty e relatou a cooperação com os países de língua portuguesa, onde foi criada uma plataforma técnica de cooperação. Falou de um pedido formal para que o Brasil dê um curso de conservação de solos em Portugal, para os países de língua portuguesa. Falou da articulação para tentar assegurar recursos junto ao mecanismo global para apoiar a parceria com os países de língua portuguesa. Falou também do apoio a uma parceria que a ASA vem desenvolvendo com a rede Drynet, que abrange 10 países, um projeto para avaliar o impacto da agroecologia nos ambientes semiáridos, assegurando a contrapartida necessária para que esse trabalho pudesse continuar sendo feito no Brasil, pela importância da mensuração do valor da agroecologia para o combate à desertificação. Falou da reunião com o ponto focal da Turquia, o Diretor de Florestas, para discutir como as iniciativas do Brasil podem se somar à iniciativa de Ancara. Falou da participação do Sr. Paulo Pedro, representando a sociedade civil do Brasil em um pronunciamento em Plenária. Falou de uma proposta estratégica de formar quadros técnicos da sociedade civil, que estão no dia-a-dia da implementação das

387 políticas públicas no campo para que eles pudessem se preparar em outro idioma para essa
388 experiência brasileira poder ser difundida fora do país. Seria um programa de formação de
389 corpo técnico, num primeiro momento ter um grupo selecionado, que vai receber um apoio
390 para se qualificar em uma língua estrangeira e se aperfeiçoar nas metodologias de
391 transferência de tecnologia, no Brasil, e em um segundo momento esse grupo iria para um
392 país estrangeiro levar o conhecimento e se aperfeiçoar no idioma, para o Brasil se preparar
393 no médio prazo, para ter futuros interlocutores na UNCCD, dada a importância de se ter
394 pessoas com o pé na realidade discutindo a Convenção. Finalizou mencionando que está
395 sendo montada uma estratégia para que o relatório nacional de implementação da UNCCD
396 seja mais participativo e mais coerente.

397 **O SR. PAULO PEDRO DE CARVALHO (Organização Caatinga)** – Disse que essa
398 sintonia da sociedade civil com o Governo Federal é algo muito produtivo, e nessa hora de
399 defender o Brasil lá fora, essa união se fortalece mais ainda, tanto do ponto de vista de que
400 é bom ter gente que fala a mesma língua e os mesmos costumes, estar junto, conversando,
401 os entendimentos de fortalecer um ao outro no sentido de interagir, marcar a presença no
402 evento, mas também preparar o campo também para fortalecer a ação aqui no Brasil.
403 Comentou sobre a reunião com o Mecanismo Mundial e da parceria com a rede Drynet e
404 sobre o evento paralelo, que contou com a audiência de 8 ou 9 países. Comentou que falou
405 com a Secretária Executiva da UNCCD sobre o reconhecimento dos conhecimentos
406 tradicionais pela UNCCD, inclusive nos espaços do CCT, o Comitê de Ciência e
407 Tecnologia, como ciência também, ao que ela respondeu que estava bem contemplado, que
408 estava atenta para isso, dizendo também entender que o Brasil também vem defendendo
409 esse reconhecimento, até porque a Convenção diz que para que ter a implementação efetiva
410 nos países é necessário que haja uma participação efetiva da sociedade civil com esses
411 conhecimentos tradicionais. Falou do programa que está sendo pensado para intercâmbio, e
412 não simplesmente transferência de tecnologia, porque há o entendimento de que
413 conhecimentos se constroem, todo mundo tem conhecimento para trocar, é uma mão dupla
414 quando se fala de conhecimento, um intercâmbio, e nesse sentido tem a ver com a língua,
415 mas tem a ver também com a experiência do Brasil. Comentou que percebeu que o
416 secretariado da UNCCD, na pessoa do Sr. Marcos Montoiro tem todo o interesse de apoiar
417 a sociedade civil na participação nos eventos.

418 **O SR. JOSÉ PROCÓPIO DE LUCENA (ASA)** – Solicitou que o relato da participação
419 do Brasil na COP 12 fosse encaminhado à Ministra Izabella Teixeira e à Presidência da
420 República. Que a publicação Living Land fosse levada à Presidência, para mostrar o
421 trabalho que vem sendo feito nesta área, lembrando da seca pela qual estava passando o
422 semiárido, e a importância da atuação da sociedade civil, em parceria com o governo,
423 criando resiliência e permitindo enfrentar esse período de seca sem ocupação de
424 supermercados, sem saques, sem mortalidade, fluxos migratórios, fruto de um trabalho que
425 nasceu das redes populares e de movimentos sociais. Solicitou que o relato fosse
426 encaminhado à ASA para que fosse enviado de lá para o Governo, informando como foi,
427 que deu significado e o que diferencia o Brasil na pauta da desertificação no mundo.

428 **O SR. FRANCISCO CAMPELO (MMA)** – Concordou em finalizar um relatório da
429 participação do Brasil na COP 12 da UNCCD em conjunto com o DEMA/Itamaraty e ver
430 com a Ministra Izabella Teixeira como encaminhar à presidência da república como

tentativa de assegurar os recursos para as ações conjuntas com a sociedade civil para a convivência com o semiárido, além do envio à ASA.

O SR. PAULO PEDRO DE CARVALHO (Organização Caatinga) – Falou de um evento que estava sendo proposto, organizado pela sociedade civil, com o apoio do estado e do DCD/SEDR/MMA. Também falou de uma cooperação com o DCD/SEDR/MMA para a viabilização de uma proposta de intercâmbio de experiências em boas práticas e do aperfeiçoamento em uma língua estrangeira para os participantes da sociedade civil no âmbito da implementação da UNCCD. Esta proposta seria formulada e apresentada na CE da ASA.

O SR. FRANCISCO CAMPELO (MMA) – Encerrou o ponto de pauta e passou a palavra ao Sr. Luiz Cavalcante, do INMET.

O SR. LUIZ CAVALCANTE (Inmet) – Falou que depois de 4 anos sem chuvas regulares no Nordeste, a tendência é de que ocorra mais um ano de seca, em 2016. Disse que no processo de luta contra a desertificação, sempre defendeu sempre a tese de que é o uso inadequado do solo a principal causa. Disse que analisando o histórico das chuvas no Nordeste, já ocorreram outras situações semelhantes, com 3 ou 4 anos de seca no começo da década de 1960 e de 1947 até 51. Então, é uma situação cíclica, com reflexos mais rigorosos no período que a população é maior, com consumo de água maior. Mostrou a análise da temperatura da superfície dos oceanos no mês de novembro, mostrando os valores de temperatura, bastante quente na área tropical, e o desvio da temperatura com relação aos valores médios indicando pontos com temperaturas com elevação de mais de três graus centígrados, indicando que o El Niño está atuando. Em função disso o comportamento dos ventos alísios provocando flutuações no clima em praticamente todo mundo, e no caso específico do nordeste do Brasil, lembrou que em uma apresentação anterior havia mostrado um prognóstico, antecipando esta atuação em dezembro. Mostrou uma figura indicando entre novembro de 2015 e janeiro de 2016 as temperaturas chegando a atingir três graus centígrados acima da média na parte tropical. Entre fevereiro e abril tem uma decaída. E entre maio e julho de 2016 ele cai para um grau, portanto, o El Niño persistindo em todo o período da estação chuvosa do Nordeste. Disse que a experiência mostra que sempre que acontece isso, ocorrem chuvas ou abaixo do normal ou muito irregulares no Nordeste. Mostrou um prognóstico utilizando plumas, vários modelos de vários serviços de meteorologia do mundo inteiro, indicando a tendência de ocorrência do El Niño, com as linhas sempre ficando acima de zero grau, de todos os modelos, de todos os países indicando lá uma tendência de ficar sempre positivo em outubro e novembro, com uma tendência de redução do desvio, portanto, ficando um grau acima da média no mês de julho. E alguns modelos até indicam o negativo, indicando a ocorrência do fenômeno La Niña, que é o oposto, provocando seca na região Sul, e muitas vezes excesso de chuva no Nordeste, porém já depois da estação chuvosa do Nordeste. Disse que nas duas últimas décadas está havendo uma repetição maior do El Niño do que em épocas passadas, que observando os gráficos dos últimos 20 anos, observava-se a ocorrência do El Niño a cada 7/8 anos, e que agora está na faixa de 5/6 anos. Mostrou o prognóstico da distribuição de chuvas para os meses de janeiro, fevereiro e março, esclarecendo que o modelo estocástico é um prognóstico da distribuição de chuvas dinâmico, levando em consideração as séries históricas, e que este modelo estava mostrando que ocorreria uma redução das chuvas em termos médios nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2016. Disse que seria feita uma

nova análise no mês de janeiro, para verificar a tendência de fevereiro, março e abril. Falou que a tendência é que 2016 seja dos 4 anos que está acontecendo seca, seja o mais rigoroso. Ressaltou que havia uma esperança, porque geralmente no mês de janeiro chove pouco mesmo, em fevereiro e março é que chove bastante, então o próximo prognóstico poderia mostrar uma situação um pouco melhor, mas pelo que estava previsto até então, a chance era de 60% de chover abaixo da média.

O SR. FRANCISCO CAMPELO (MMA) – Comentou que este prognóstico fortalecia a necessidade do cuidado com o manejo de solos para que a pouca chuva que venha, possa ser absorvida, e protegida da ação direta do sol, ou seja que fique retida dentro do solo. Perguntou ao Sr. Luiz Cavalcante como as pessoas poderiam ter acesso a essas informações.

O SR. LUIZ CAVALCANTE (Inmet) – Disse que na página do INMET os diagnósticos são atualizados a cada 10 dias e disponibilizados. Disse também que são feitas análises da situação das chuvas, através do boletim agroclimatológico, que também está na página do INMET, atualizado a cada 10 dias e a cada mês, é um diagnóstico dizendo se tem excesso ou déficit hídrico. Mostrou na página do INMET onde se vê a previsão sazonal, a previsão climática, o boletim que analisa a climatologia das regiões e o boletim mensal, que mostra uma análise da situação do solo, de quantidade de chuva, de temperatura, etc. Mostrou uma ferramenta nova do site, onde aparece um mapa que é um sistema desenvolvido para indicar onde vai ter uma variável meteorológica com excesso, como chuva, temperatura, umidade relativa do ar, ou outra.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS BATISTA (ACB) – Alertou para o mau uso das águas subterrâneas com essa previsão de piorar a seca, enquanto isso em sua região não tem controle a questão de poço profundo, e instalação de balneários e o investimento em agricultura irrigada usando água do subsolo, podendo piorar a situação.

O SR. FRANCISCO CAMPELO (MMA) – Comentou que com o aumento da população e mudanças de hábito, somadas à praticidade da água na torneira, a população perdeu o cuidado que tinha com o uso da água, pela dificuldade de se trazer em carroças, baldes, etc. Alertou para a necessidade de uma ação de educação ambiental contextualizada, efetiva para a valorização da água, o reuso, etc.

O SR. TELMO JOSÉ MENDES (Maranhão) – Sugeriu o planejamento a médio e longo prazo e o direcionamento de recursos para o armazenamento de grandes volumes de água, para aproveitar as chuvas que vêm concentradas em um curto período.

O SR. JOSÉ PROCÓPIO DE LUCENA (ASA) – Sugeriu que a CNCD encaminhasse ao governo sua preocupação ante os prognósticos climáticos, e a necessidade de investimento no conjunto de ações para redução dos impactos da seca. Disse que mesmo em uma situação de poucas chuvas os pequenos reservatórios, como as cisternas e outros vão captar água. Então é necessário que o Governo Federal entenda que é fundamental continuar com os programas sociais que estão no semiárido, que não é hora de contingenciar recursos para esses programas.

O SR. FRANCISCO DE ASSIS BATISTA (ACB) – Alertou para o fato de que em grandes obras, açudes grandes, quanto maior, maior a evaporação. Que as ações para armazenamento de água têm que evitar essa perda por evaporação. Disse que nesse período de 4 anos de seca, a salvação da população tem sido as cisternas, enquanto os açudes grandes estão todos secos.

O SR. FRANCISCO CAMPELO (MMA) – Propôs que o Sr. Procópio, representando a sociedade civil, fizesse o encaminhamento ao desse documento ao governo, como foi proposto, enviando à Secretaria Executiva da CNCD, que poderia enviar aos governos estaduais.

O SR. JOSÉ PROCÓPIO DE LUCENA (ASA) – Disse que já havia um documento da ASA dizendo ao Governo as preocupações sobre o momento, inclusive cobrando a liberação dos recursos planejados para as ações da ASA (P1MC, P1+2), os diversos programas sociais e que as propostas poderiam ser incorporadas a esse documento da ASA, a ser encaminhado para a Presidência da República. Sugeriu que a CNCD reconhecesse esse documento e enviasse à Presidência.

O SR. FRANCISCO CAMPELO (MMA) – Comentou que uma grande contribuição que a CNCD poderia dar numa ação efetiva de implementação da Política Nacional de Combate à Desertificação seria enviar um documento nessa direção, mostrando que os avanços que foram feitos em cima das políticas sociais e a necessidade da sua manutenção, relatando os pontos que foram discutidos na reunião, as preocupações, o prognóstico do Inmet mostrando que precisa haver um cuidado emergencial e cuidar dessas questões abusivas que estão postas.

A SR^a. RITA (INPE) – Fez a apresentação do Sistema de Alerta Precoce Contra a Seca e a Desertificação (SAP), em desenvolvimento no INPE em parceria com o MMA, com o objetivo de caracterizar e identificar áreas com maior potencial de degradação/desertificação. Disse que nesse sistema a preocupação não é em identificar o processo depois que ele está instalado no ambiente e sim os precursores que estão levando a desencadear o processo, e assim fornecer as estratégias para redução de degradação do solo e para formulação de ações, bem como servir como uma fonte de informação para a sociedade, e por esse motivo o site está sendo trabalhado para que todas as informações sejam acessíveis. Falou que a primeira etapa foi a seleção dos indicadores, sendo a etapa mais difícil, mais complicada, aconteceram várias reuniões com especialistas, e existem mais de 90 indicadores na literatura, mas deveriam ser escolhidos os mais importantes para desencadeamento de processos de degradação, que estivessem disponíveis para todo o semiárido, que é uma área de 1.800.000 Km². Então, na primeira etapa foram selecionados esses indicadores. O próximo passo foi colocar os indicadores na mesma escala e na mesma resolução, o que demorou de 3 a 4 anos de trabalho se chegar a essa base de dados que está hoje no sistema. Foram então definidos índices, cada índice é composto por uma série de indicadores. Então, no caso, no índice de qualidade física do terreno são usados a declividade, geologia, geomorfologia, pedologia. Por isso era necessário ter todos os indicadores na mesma escala e resolução, para ser possível cruzar as informações. Para o índice de aridez, que é um índice climático, são levados em consideração o uso e cobertura da terra, pecuária, focos de queimadas e as unidades de conservação. No índice de qualidade social, que é a densidade da população rural, não foi considerada a urbana. E o IDH, Índice de Desenvolvimento Humano. Com isso foram atribuídos pesos de vulnerabilidade e suscetibilidade à degradação de 1 a 2, onde o 1 é menos vulnerável e 2 mais vulnerável. E o resultado foi um mapa, com o mesmo processo para os dados de 2000 e 2010. Pode-se ver que as áreas degradadas aumentaram 4.6% de 2000 para 2010, e que as áreas que eram moderadamente suscetíveis, estão passando para alta, um dado preocupante. Dos índices gerados o manejo foi o que mais contribuiu para o aumento da suscetibilidade,

sendo que a agricultura, a pecuária e focos de queimadas estão inseridos aqui dentro desse índice e foi observado que foram os que mais aumentaram. Um dos dados que mais preocupam são as queimadas, que aumentaram de 26.000 focos para 73.000 de 2000 para 2010, seguido do índice de aridez que também contribuiu para que essas áreas de alta suscetibilidade aumentassem. A segunda etapa foi exploração de cenários futuros de suscetibilidade, para isso foram gerados mapas de cenários de mudança de uso e cobertura da terra para 2040. Foram utilizadas a projeção de população que o IBGE fornece para 2040 e o índice de aridez do ETA, que é o modelo utilizado no CPTEC. Nos cenários do ETA já aparecem áreas de clima árido, principalmente no Norte de Minas Gerais e Rio Grande do Norte em 2040. Mesmo no cenário otimista o Rio Grande do Norte, Sul do Piauí e Norte de Minas são áreas que tiveram um aumento grande de alta suscetibilidade. O mesmo foi observado no cenário pessimista, com a diferença que aí também está incluída toda a área de Mata Atlântica. No otimista considera-se a perda de apenas 2% de vegetação por ano, de 2010 até 2040. No cenário pessimista considera-se somente 3% vegetação em 2040. A terceira fase do SAP, que está finalizando, está sendo trabalhada a vulnerabilidade da população. Para isso está sendo calculado um índice de vulnerabilidade a nível municipal, que é a exposição de grupos humanos ao estresse provocado por mudanças inesperadas e rupturas no sistema de vida, com uma variação das mudanças climáticas, por exemplo. O índice leva em consideração a população rural, taxa de crescimento populacional, densidade demográfica, proporção de pensionistas, proporção de envelhecimento da população, razão de sexo, regime de posse da terra, estabelecimentos rurais, além daqueles gerados na primeira fase de elaboração do SAP, que são os índices de qualidade. Nessa etapa também foi separada a Caatinga arbórea da herbácea, porque o peso de uma vegetação arbórea em suscetibilidade é menor do que uma área que tem caatinga herbácea, que vai estar muito mais suscetível à degradação do solo. Também foi feito um trabalho junto à Funceme, pegando toda a classificação antiga dos solos, passando para a classificação atual, gerando as tabelas até a quarta ordem de classificação dos solos e foi dado um peso de suscetibilidade também para essas classes. Foi feito o mesmo trabalho para a textura, profundidade, que também são elementos que entram na hora de cruzar as informações para gerar o mapa de suscetibilidade. Também foram atribuídos pesos ao relevo. Foi proposto que de 5 em 5 anos nós o mapa de uso e cobertura da terra seria atualizado. Serão detectadas as mudanças do uso do solo, o que é muito importante para determinar a concentração de carbono, com a metodologia baseada em diferença de bandas, pelo mapeamento de áreas antrópicas e naturais. E isso para cálculo de emissão de carbono também é importante. E o monitoramento das áreas de Fundo de Vale, que por serem as áreas que apresentam melhores condições hidrográficas e de solos mais propícios para a agricultura são as que conseqüentemente têm maior pressão demográfica, e devido aos impactos ambientais que isso pode causar, principalmente sobre os recursos renováveis, o SAP vai olhar com mais detalhe essas áreas. A intenção é mapear, definir as áreas de Fundo de Vale, depois será mais detalhado e se pensa em fazer o uso e cobertura de terra dessas áreas de 1 para 250.000, e para os Municípios inseridos nas áreas de Fundo de Vale está sendo aplicado o índice de pobreza hídrica. Mostrou no site como acessar os mapas, fazer comparações entre localidades, em consultas tanto para 2000 quanto para 2010 e disse que está sendo desenvolvida a parte de álgebra de mapas, que daí vai ser possível cruzar

610 informações, cada usuário poderá gerar seu próprio índice. Falou do módulo de tomadas de
611 decisão do SAP, e as ferramentas para emissão de boletins, relatórios.

612 **A SR^a. MARGARETH (Funceme/CE)** – Falou do trabalho em desenvolvimento na
613 Funceme, que está sendo concluído o mapeamento das áreas fortemente degradadas,
614 diferente do SAP, que mapeia as áreas suscetíveis, a Funceme está mostrando o que já está
615 degradado, podendo ser considerado o marco zero da intensidade da desertificação dentro
616 das ASD. Disse que estão concluindo com o CGEE, que já foram identificados cerca de
617 70.500 quilômetros de áreas fortemente degradadas, sendo que algumas que estão muito
618 degradadas estão praticamente sem recuperação. Disse que disponibilizaria este estudo,
619 enviando os shapes para a Sra. Rita, para cruzamento com os demais dados do SAP.

620 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Disse que seria interessante não só disponibilizar para o
621 INPE, mas também para o Inmet, para a Fundação (?), e fazer uma integração dessa
622 questão. Falou que a maior preocupação não é exatamente no curto prazo a recuperação da
623 área degradada, o problema da área degradada é que ela não vai fixar nenhuma água no
624 solo, e que existem tecnologias, como o barramento com pedras, além de outras soluções.
625 Frisou a fala do Sr. Telmo, do Maranhão, que falou da questão da evaporação, que faz com
626 que o armazenamento de água em grandes reservatórios a céu aberto não seja uma solução
627 adequada. A reservação de água pode ser no subsolo, na recuperação de áreas florestais.

628 **A SR^a. MARGARETH (Funceme/CE)** – Contou que no projeto em execução em
629 Jaguaribe, com boas práticas de conservação de solos, com uma chuva apenas de 70
630 milímetros, foi armazenada água suficiente para fazer brotar toda a vegetação, inclusive
631 aumentando três vezes a produção de mel de abelha, pelo aumento da floração. Então, essas
632 pequenas tecnologias como terraços, barragens sucessivas, fizeram do solo um reservatório,
633 armazenando a água da chuva, e 70 milímetros, foi o suficiente para o ciclo bom de
634 vegetação.

635 **O SR. FRANCISCO CAMPELO (MMA)** – Observando o horário de saída de muitos dos
636 presentes, agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, dizendo que a secretaria-
637 executiva da CNCD daria prosseguimento aos encaminhamentos da reunião, e propondo
638 uma reunião específica para que o SAP absorva as preocupações de todos, e pediu à
639 representante da Funceme para que fosse criada uma sinergia entre esses trabalhos.